

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Reabilitação do elefante

Decorridos 80 dias de sua interinidade, que pode não terminar nesta semana — dada a possibilidade de novo adiamento do julgamento do presidente efetivo pelo Senado —, o presidente Itamar reuniu pela primeira vez seu ministério para discutir um programa econômico de emergência, a partir da minuciosa “desmontagem” do programa de modernização da economia do governo Collor, levada a efeito por seu governo neste período, apesar da resistência heróica do ministro Paulo Haddad e do agora ex-ministro Gustavo Krause.

Efetivamente, no terreno da luta contra a inflação, o governo interino liquidou com o sistema de aumento real das tarifas públicas, investiu — a partir da briga com a indústria de medicamentos — contra a liberação geral dos preços, criou uma nova lei salarial — a 16ª nestes últimos dez anos —, que restabelece a escala móvel de salários, e, a partir da reunião ministerial do fim de semana, começa a alterar a política de juros reais.

No que tange ao projeto de modernização das estruturas econômicas, o ataque aos projetos do governo Collor foi mais implacável ainda. Depois de reiteradas promessas de que os leilões de privatização já programados pelo governo anterior seriam realizados nas datas previstas — embora Itamar tenha anunciado desde o início da sua interinidade a intenção de “aperfeiçoar” o Plano Nacional de Desestatização —, tivemos o adiamento dos leilões de quatro estatais, a começar pelo da Companhia Siderúrgica Nacional, em circunstâncias que criam justificadas dúvidas sobre o verdadeiro objetivo do “aperfeiçoamento” das atuais regras. Não resta dúvida de que as intenções do novo presidente do BNDES — e da nova eminência parda do presidente, o consultor-geral da República, José de Castro Ferreira — não são nem a de apressar o ritmo das privatizações nem tampouco a de ampliar o número das empresas privatizáveis.

Além disso, o governo interino abandonou o projeto de abertura dos portos no Senado, ensejando aos adversários da modernização — tendo à frente o comandante da vanguarda do atraso, senador Mário Covas — a oportunidade para bombardear o projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, mantendo e “aperfeiçoando” a situação atual. Também o projeto de lei das patentes, que o governo dos EUA acaba de cobrar novamente do chanceler Fernando Henrique, está “fuzilado”, e o governo prepara-se para retirá-lo do Congresso.

A saída do ministro Gustavo Krause do governo teve o efeito, aparentemente paradoxal, de fortalecer, pelo menos momentaneamente, seu antigo “correligionário” no ministério, Paulo Haddad.

A reunião ministerial, que durou dois dias,

neste fim de semana, marcou o confronto entre as duas correntes inconciliáveis que se opõem no governo Itamar: a populista-nacionalista e estatizante, liderada pelo próprio presidente, e que tem como principais estrategistas o consultor-geral da República, Castro Ferreira, e o presidente do BNDES, que preconizam, e até agora têm conseguido, o completo abandono das políticas de Collor de combate à inflação e de abertura da economia, e aquela representada, agora, quase exclusivamente pelo ministro Paulo Haddad, que, anunciando, no final da reunião ministerial, um plano emergencial de incentivos estatais a certos setores da economia e admitindo uma redução gradual das taxas de juro, cedendo à imposição da corrente liderada pelo próprio presidente, continua, no entanto, convencido de que a prioridade máxima do governo deve ser a estabilização da economia. A **estabilização** da economia tem no documento “Diretrizes de Ação Governamental” elaborado por Haddad o mesmo sentido que tinha a **modernização da economia** no programa do presidente Collor. Mas **modernização** passou a ser palavra no vocabulário do governo Itamar.

Na verdade, se dependesse do ministro do Planejamento, em linhas gerais o plano de modernização da economia nacional desmontado pelo governo interino seria remontado daqui para a frente, embora com nomenclatura diferente.

Resta saber até que ponto será possível conciliar as políticas desejadas pelas duas correntes ideológicas em que se divide o governo Itamar.

Com o apoio irrestrito da CUT, que sempre foi absolutamente honesta na sua condenação ao programa de privatização e a tudo que Collor tentou em matéria de abertura da economia, e agora com o apoio, também, de grandes empresários que, com menos honestidade, nunca admitiram publicamente isso, mas na realidade nunca se conformaram com as iniciativas modernizantes do governo anterior e agora aplaudem irrestritamente a idéia de voltarem a viver sob a tutela do Estado, Itamar poderá se sentir tentado a livrar-se do ex-professor Haddad para inaugurar, finalmente, uma espécie de pacto social em torno de um objetivo comum, que poderia ter como símbolo a **reabilitação do elefante**, cuja utilização, por Collor, como símbolo da paquidermia do Estado provocou um dos seus tantos destemperos. Poderia, inclusive, emprestar de Mussolini o **slogan** apropriado para esse tipo de programa de fechamento protecionista da economia, com incentivos estatais para socorrer setores “sociais”: “Tudo para o Estado, tudo pelo Estado, nada fora do Estado”.

Para o Brasil isso não seria novidade. O fascismo caboclo criado pelo ditador Vargas em 1937 foi exatamente isso.